



“A poluição da pobreza”: a cobertura das conferências climáticas – Estocolmo, 1972; Rio, 1992; Kioto, 1997 e Copenhague, 2009 – por *Veja*

*"The pollution of poverty": the coverage of climate conferences – Stockholm, 1972; Rio, 1992; Kyoto, 1997 and Copenhagen, 2009 – by *Veja Magazine**

Ariane Carla Pereira

Jornalista, Mestre em Letras, Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), docente do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, PR - Brasil, e-mail: ariane_carla@uol.com.br

Resumo

As práticas discursivas produzem e fazem circular sentidos na(s) sociedade(s). Dessa maneira, contemporaneamente, não podemos negar que os discursos midiáticos devem ser, seguindo Foucault, tomados como uma “superfície de emergência” dessas práticas discursivas. Assim, é possível afirmar que o discurso jornalístico intervém, não somente em práticas discursivas, mas, também e sobretudo em práticas sociais. Um exemplo disso é a construção e a disseminação dos discursos do “caos climático”, a partir de Uma Verdade Inconveniente, de Al Gore, em meados de 2006. Dessa maneira, a proposta dessa reflexão-conversa é analisar a importância dada aos discursos pró-verde e de “estamos devorando o planeta” nas coberturas (nos momentos imediatamente anteriores, posteriores e durante a realização) das conferências climáticas de Estocolmo (Suécia), Rio de Janeiro (Brasil), Kioto (Japão) e Copenhague (Dinamarca) realizadas, respectivamente, em 1972, 1992, 1997 e 2009, pela mais importante revista semanal de informação brasileira (*Veja*). Assim, partindo da premissa de que os meios de comunicação, aqui sintetizados pelo jornalismo, ao (re)produzir discursos, legitimam modos de ver e estar no mundo, serão dissecadas quanti e qualitativamente as edições 197, 1237, 1238, 1239, 1525 e 2143. O objetivo

é evidenciar que os constructos do jornalismo atual, como artefatos, se inserem em influentes redes discursivas entrelaçadas às outras redes, as de poder, que, assim, reforçam posições-sujeito condizentes com as práticas e os valores da sociedade neoliberal.

Palavras-chave: Jornalismo. Análise do discurso. Subjetividade jornalística. Práticas discursivas. Práticas sociais.

Abstract

The discursive practices produce and circulate sense(s) in the society(ies). Thus, nowadays, we can not deny that the mediatic discourses should be, according to Foucault, taken as a "surface of emergence" of those discursive practices. It is then possible to state that journalistic discourse operates, not only in discursive practices, but also and especially in social practices. One example is the construction and dissemination of discourses of "climate chaos", from 'An Inconvenient Truth', an Al Gore production from mid-2006. This way, the purpose of this reflection-talk is to analyze the importance given to speeches in favor of the green cause and that "we are devouring the planet" in the coverage (moments immediately before, after and during) the climate conferences in Stockholm (Sweden) Rio de Janeiro (Brazil), Kyoto (Japan) and Copenhagen (Denmark), held respectively in 1972, 1992, 1997 and 2009, for the most important Brazilian weekly news magazine, named 'Veja'. So we will dissect qualitatively and quantitatively – based on the premise that the media (here represented by the journalism) legitimates ways of seeing and being in the world, when it (re)produces discourses – the issues 197, 1237, 1238, 1239, 1525 and 2143. The goal is to show that the constructs of nowadays journalism, such as instruments, are embedded in influential discursive networks merged to other networks, those in power, who by their turn, reinforce subject-positions consistent with the practices and values of neoliberal society.

Keywords: Journalism. Discourse analysis. Journalistic subjectivity. Discursive practices. Social practices.

Início de conversa

Reviravolta climática. Aquecimento global. Temperaturas em elevação. Desmatamento. Geleiras derretendo. Chuvas torrenciais. Inundações... O alarme de que nas questões ambientais estamos – nós, seres humanos – conduzindo o planeta de maneira torta soou nos veículos de comunicação do mundo todo e também no Brasil, em meados de 2006, com *Uma Verdade Inconveniente* contada e propalada aos quatro ventos, em forma de documentário, pelo ex-presidente norte-americano Al Gore. Desde então, o aquecimento global e/ou o efeito estufa se tornou (tornaram) uma espécie de inevitável pauta, um assunto cativo em jornais, revistas, TVs, emissoras de rádio, sites de conteúdo.

No Brasil, as revistas de informação semanais não passaram sem registrar o medo de que seja tarde demais para o planeta; os vilões do aquecimento

global e as saídas possíveis para essa lugar chamado Terra. Temas presentes também nas discussões da Conferência Mundial do Clima, realizada no fim de 2009, em Copenhague, na Dinamarca, e na cobertura dada a essa conferência por *Veja* – a mais antiga e de maior circulação no Brasil. Foram destinadas ao assunto capa e mais quinze páginas internas onde figuraram três reportagens.

Mas a Cop 15 não foi a primeira a reunir chefes de estado, e seus sábios, do todo o globo. Nesse sentido, me perguntava à época, enquanto leitora e pesquisadora, como teria se dado a cobertura pela mesma *Veja*, antes de 2006, pré-Al Gore, sem que nenhuma “verdade inconveniente” houvesse sido contada. Inquietações que compartilho nessa reflexão-conversa que toma como objeto de análise as coberturas publicadas por *Veja* das quatro principais conferências climáticas realizadas até aqui: Estocolmo, 1972 (a primeira das ecoconferências);

Rio (ou Eco), 1992; Kioto, 1997 e Copenhague, 2009. Gestos de interpretação que se darão a partir dos óculos teóricos da análise do discurso de linha francesa, tendo como expoentes os dois Michéis – Pêcheux e Foucault.

Conferências do Clima em pauta

Estocolmo 1972

Iniciemos pelos números. A primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente foi realizada, pela ONU, em Estocolmo, na Suécia, na primeira quinzena de junho de 1972. Dela participaram representantes de 105 nações, mas para tanto, foram necessários dois anos de trabalho das Organizações das Nações Unidas que, ainda assim, não conseguiram convencer a participar dos debates, com exceção da Romênia e da Iugoslávia, os países do bloco comunista.

Naquele momento, a cobertura dada por *Veja* à Conferência se limita a uma reportagem, de duas páginas, que tem como chapéu e título, respectivamente: Ambiente e A poluição da pobreza. A matéria, que inicia elencando uma série de agressões do homem ao meio ambiente desde a Roma antiga até aqueles dias, relata a participação do Brasil na Conferência, a partir das discussões “da tese brasileira” suscitadas pelo discurso do chefe da delegação do país, o então Ministro do Interior José Costa Cavalcanti, que em sua fala alertou que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento deveriam arcar com os gastos da pobreza e não poderiam entrar no rateio da conta da poluição, que deveria ser paga por quem a provocou, os países desenvolvidos. Debates que apagaram as discussões sobre o então tema central: as consequências ecológicas da Guerra da Indochina.

Rio 1992

Vinte anos depois, em 1992, o mundo voltou a se reunir para tratar das questões climáticas, dessa vez no Brasil. Assim, as atenções do mundo se voltaram para a cidade do Rio de Janeiro,

sede da Eco 92, que tem lugar de destaque em *Veja*. A segunda ecoconferência tem reportagens publicadas pela revista a seu respeito antes de seu início, durante sua realização e após seu término.

A edição 1237, de 03 de junho de 1992, referente à semana que antecede a conferência, dedica a principal chamada de capa à Eco 92, bem como 31 páginas internas, isso num momento em que a revista investia na investigação e na publicação de informações sobre as denúncias de Pedro Collor de Melo, a crise Paulo César Farias e as consequências no e para o governo Fernando Collor de Melo. Assim, voltando a Eco 92, encontramos:

Capa: O mundo se encontra no Rio de Janeiro – Estrelas, temas e brigas da maior conferência ecológica da História

Reportagem de capa/principal: Última chance (chapéu) – A Terra em transe na Eco 92 (título) – Começa no Rio de Janeiro a megarreunião ecológica que pode mudar os rumos do mundo

Reportagens secundárias (ligadas à principal e à capa):

- 1) Efeito estufa (chapéu) – O tio sujis-mundo (título) – Presidente da nação que mais suja a atmosfera, Bush chega ao Rio com fama de inimigo da Eco 92 (linha fina);
- 2) Roteiro (chapéu) – A temporada verde no Rio (título) – Dos shows à cúpula dos chefes de Estado, os principais destaques da programação da Eco 92 (linha fina);
- 3) Personagens (chapéu) – A fauna da festa (título) – Os personagens e as tribos que desfilarão na passarela verde da conferência do Rio (linha fina);
- 4) Imagem (chapéu) – Os dois Brasis (título) – Está na hora de corrigir os erros dos estrangeiros que falam de índios, queimadas e Amazônia (linha fina);
- 5) Japão (chapéu) – De vilão a modelo (título) – O Japão descobre que a indústria limpa rima com lucros e firma-se como a primeira superpotência ambiental (linha fina);

- 6) Militantes (chapéu) – Guerreiros do verde (título) – Com milhões de filiados no mundo inteiro, as ONGs abrem os braços para proteger a vida no planeta (linha fina);
- 7) Arte (chapéu) – A natureza morta (título) – Frans Krajaberg, a estrela dos vernissages verdes, leva uma floresta queimada ao MAM;
- 8) Opinião (chapéu) – Um lugar na História (título) – O Brasil tem a chance de ser a primeira nação a colocar os pés no Primeiro Mundo com um modelo que combine desenvolvimento e respeito à natureza (por Thomas Lovejoy).

Na edição seguinte, de 10 de junho de 1992, *Veja* tem como capa as agressões física e sexual cometidas pelo índio Paiakan, uma das “estrelas do momento verde”, a uma jovem. A reportagem referente a esta capa leva o selo utilizado pela revista para identificar os assuntos referentes à Eco 92. Imediatamente depois dessa reportagem, também com o selo, encontra-se a reportagem “O norte diz não – Sem o apoio de seus aliados tradicionais, os Estados Unidos passam na defensiva a primeira semana da Eco 92”, respectivamente título e linha fina.

Com o encerramento da Eco 92, a cobertura jornalística termina na edição 1239 de *Veja*, datada de 17 de junho de 1992, que publica a reportagem “O Rio já é História – As discussões da Eco 92 chegam ao fim com queixas veladas dos países ricos e pobres, que receberão menos dinheiro do que esperavam”.

Kioto 1997

A grandiosidade da cobertura dada à Conferência do Rio de Janeiro não se repete cinco anos depois, quando da realização da Conferência do Japão, em Kioto, em dezembro de 1997. *Veja* restringe-se à publicação da reportagem que tem como chapéu, título e linha fina, respectivamente: Meio Ambiente – Fumaça da discórdia – A conferência do Japão tenta chegar a um acordo sobre o aquecimento global, na edição 1525, de 10 de dezembro de 1997.

Cop 15

A ênfase dada aos problemas ambientais e às mudanças necessárias na cobertura da Conferência do Rio de Janeiro volta a ser dada 17 anos depois, em 2009, quando da realização da Conferência do Clima de Copenhague. A Cop 15 foi destacada pela capa de *Veja* na edição 2143, de 16 de dezembro de 2009, e, ainda, em quinze páginas internas:

Capa (com chamada principal e outras duas complementares):

- 1) Estamos devorando o planeta – Água, carne, peixe: o mundo já consome mais do que a Terra pode oferecer;
- 2) Copenhague: o suspense pelo acordo;
- 3) A esperança na nova Revolução Verde.

Reportagem capa/principal: Especial (chapéu) – Fome de ar, água e comida (título) – Os donos do mundo e seus sábios reunidos em Copenhague ainda não se entenderam sobre como salvar o planeta. A Cop 15 já funcionou, porém, como uma martelada na cabeça dos líderes, alertando-os para a superlotação da Terra e a dramática escassez de recursos naturais (linha fina).

Reportagens secundárias (ligadas à principal e à capa):

- 1) Especial (chapéu) – Uma nova revolução verde (título) – Para suprir o aumento na demanda mundial, a produtividade do campo precisará duplicar. A resposta terá de vir do avanço tecnológico, e não há razões para duvidar de que ela virá (linha fina).
- 2) Especial (chapéu) – Riqueza ameaçada (título) – O governo federal prorroga uma norma ambiental que pode reduzir a produção de alimentos no Brasil. Mas o mais urgente ainda está por ser feito: reformar o confuso Código Florestal (linha fina).

As duas lentes deste óculos teórico

Objeto situado, convido você, leitor, a percorrer a trilha teórica que nos permitirá, na sequência, nos embrenharmos na aventura da análise. Assim,

esta se dará a partir da análise do discurso de linha francesa, sendo que as lentes deste óculos teóricos têm como foco os conceitos de formação discursiva e memória discursiva (interdiscurso) desenvolvidos pelos Michéis Foucault e Pêcheux.

A formação discursiva – derivada do pensamento foucaultiano –, de maneira geral, pode ser encarada como a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer, e – também – o que não pode e não deve ser dito. “É um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercícios da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p. 152).

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 2009, p. 43).

As formações discursivas, portanto, constituem-se de um grupo de enunciados que, a partir de suas descontinuidade e singularidade características, possibilitam que demarcações, contornos, mesmo que bastante irregulares, sejam estabelecidos. Assim, ao empreender uma arqueologia, o analista estará diante de uma formação discursiva

se puder estabelecer um conjunto semelhante, se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem simultânea, ou sucessivamente, a objetos que se excluem sem que ele próprio tenha que se modificar (FOUCAULT, 2009, p. 50).

Ao conceituar as formações discursivas, Foucault (2009, p. 51, 109) propõe que nelas se encontram o sujeito (“qual é a posição que deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito”), o sentido (“não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”) e o discurso que é

constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade (FOUCAULT, 2009, p. 136).

A proposta de Foucault, então, é a de “uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados por sujeitos historicamente situados” (GREGOLIN, 2004, p. 95). Assim, a arqueologia, enquanto método de análise dos discursos é, “mais precisamente, uma análise das condições históricas de possibilidade (do *a priori* histórico) que fizeram que em um determinado momento somente determinados enunciados tenham sido efetivamente possíveis e não outros” (CASTRO, 2009, p. 177).

Isto é, os sentidos de um discurso são constituídos a partir da formação discursiva ocupada pelo sujeito-falando (em oposição ao sujeito-falante). Por isso, afirma Orlandi (2003, p. 43), “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”. Ou seja, “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido, sua matriz, por assim dizer” (PÊCHEUX, 1997). O sentido de um discurso, assim, depende da formação discursiva em que ele está inserido, lembrando que as formações discursivas são heterogêneas, divididas, possuem contornos instáveis, não há limites rígidos a separar uma formação discursiva da outra. São, segundo Orlandi (2003, p. 44), constituídas pela contradição, “configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. Repetindo Pêcheux (1997, p. 137),

uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais.

Uma FD está, sempre, estabelecendo relações de entrelaçamento com o que é exterior a ela. A noção de formação discursiva é importante

porque dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Afinal, configura-se, segundo Navarro-Barbosa (2004, p. 33), como

um conceito operatório para se pensar como se dá o confronto de forças em um dado momento histórico, uma vez que caracteriza um determinado aspecto da luta nos aparelhos, que pode intervir como uma força confrontada com outras na conjuntura ideológica de uma formação social.

Isto é, no interior de uma formação discursiva se fazem presentes e encontram-se entrelaçados “diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (FERNANDES, 2007, p. 43), o que, em análise do discurso, chamamos de memória discursiva ou de interdiscurso:

definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é aquilo que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2003, p. 31).

Ainda segundo Orlandi, o interdiscurso, a memória é o saber discursivo que faz nossas palavras terem sentido ao falarmos. “Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 1999, p. 64).

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras. No interdiscurso fala uma voz sem nome (ORLANDI, 2003, p. 33-34).

Afinal falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos já que a memória é feita de esquecimentos e de silêncios. “De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ORLANDI, 1999, p. 59).

A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao lado de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscurso” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Para que as palavras dos sujeitos tenham sentido é preciso que já tenham sentido, isto é, sejam historicamente determinadas pelo interdiscurso, pela memória do dizer, por aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. “Palavras já ditas e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu ‘esquecimento’” (ORLANDI, 1999, p. 64). A memória, da mesma maneira que a língua, é sujeita a falhas, é constituída pelo esquecimento. Afinal, segundo Pêcheux (1999, p. 531), são os equívocos que permitem o irrompimento do novo, o irrealizado.

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: – um jogo de força que visa manter a regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; - mas, também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’.

Desregulação porque a regulação discursiva é sempre suscetível a um acontecimento discursivo novo, que ao ser absorvido pela memória é capaz de perturbá-la.

A noção de memória discursiva concerne à existência histórica do enunciado no interior

de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos, ela visa o que Foucault destaca a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, discursos que estão na origem de um certo número de atos novos, e falas que as retomam, as transformam, são ditas, permanecem ditas e restam ainda a dizer (COURTINE, 1981, p. 52, tradução livre).

Essa regularização dos “implícitos sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”, acompanhando o pensamento peuceutiano, também pode “conduzir à questão da construção dos estereótipos” (PÉCHEUX, 1999, p. 52). Estereótipos que também são abordados por Gregolin para quem a memória discursiva é responsável pelo domínio comum de imagens, representações e, como já dito, de estereótipos. A memória discursiva é, então, “uma região de confronto de sentidos em que idéias contrárias se digladiam” (GREGOLIN, 2000, p. 23).

Assim, é possível afirmar que a memória discursiva diz respeito ao que lembramos e à maneira como lembramos. Rememorações que passam pelo que devemos ou podemos dizer ou não, a partir de uma determinada posição. Ou seja, a partir do lugar que ocupamos em determinado(s) grupo(s), no momento presente, ou seja, no qual reconstruímos a memória. Lembramos individualmente, mas expressamos essa memória coletivamente, a partir das interferências, das posições sustentadas pelo corpo social, pelo grupo. Ao recuperar uma memória, somos um eco do sistema de valores (formações discursivas) de um grupo.

Elementos perturbadores do ambiente por excelência – aventura da análise

Interdiscurso 1: número de habitantes da Terra, a nossa bomba-relógio

em 1999, o planeta estava na confortável situação de receber cada novo morador com comida e água na quantidade necessária para que ele conseguisse atingir seus sublimes objetivos na vida. De lá para cá, começou a se delinear um novo e desafiador cenário para a espécie humana. A demanda por comida e outros bens naturais passou a crescer mais rapidamente que a oferta (FRANÇA, 2009, p. 135).

A epígrafe anterior é um recorte dos parágrafos iniciais da cobertura dada por *Veja* à “COP 15, a reunião de representantes de 192 países que tem lugar em Copenhague, na Dinamarca” (BARRUCHO, 2009, p. 143), realizada em dezembro de 2009. Ela evidencia um dos motes das reportagens publicadas pela revista naquele momento e um dos pontos de discussão mais importantes daquela conferência climática. Como enuncia *Veja* já na capa de sua edição de 16 de dezembro de 2009, “estamos devorando o planeta – água, carne, peixe: o mundo já consome mais do que a terra pode oferecer” e isso porque seu número de habitantes não para de crescer. Nesse sentido, para a revista, “a COP 15 já funcionou porém, como uma martelada na cabeça dos líderes, alertando-os para a superlotação da Terra” (SCHELP, 2009, p. 134).

Crescimento demográfico já encarado como um dos vilões ambientais 17 anos antes, em 1992, durante a Eco 92, a conferência climática do Rio de Janeiro, naquele momento, considerada por *Veja* “o mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade” (A TERRA..., 1992, p. 53). A revista, em sua edição 1239, quando faz um balanço pós-econferência é taxativa: “A bomba-relógio – Com o crescimento demográfico e o avanço humano sobre as terras férteis, arma-se um colapso ecológico no planeta” (A BOMBA..., 1992, p. 40). Para mostrar que sua leitura do futuro não é uma previsão sem fundamentos, sem embasamento e sim segura, que deve ser digna de credibilidade por seu leitor, continua:

um mostrador digital de parede instalado no Riocentro durante a Eco 92 marcou em silêncio números que, pela sua eloquência, deveriam ser gritados a cada um dos chefes de Estado presentes à conferência. O painel digital exibia duas fileiras de números. Uma delas marcava a população da Terra aumentando de três novos habitantes a cada segundo. A outra mostrava que o planeta perde um hectare de solo aproveitável para agricultura a cada oito segundos. A equação é de simples entendimento e seu resultado prático é o colapso planetário (A BOMBA..., 1992, p. 40).

Assim, *Veja*, de maneira velada, passa a alinhar-se ao discurso norte-americano. País que,

duas semanas e edições antes, era designado pela revista como “o tio sujismundo”, título de reportagem publicado na edição 1237, que faz alusão a “tio Sam”, maneira como os Estados Unidos também são conhecidos. O “tio sujismundo” também pode designar o então presidente americano George Bush que foi apresentado pela revista como “inimigo da Eco 92” e como “uma ameaça à ecologia” (O TIO..., 1992, p. 58-59). Motivos para que Bush e seu país fossem taxados de “sujismundos” são explicitados ao longo dessa mesma reportagem: os Estados Unidos são “o mais rico e poluidor entre todos os países que participam da Eco 92”; “atualmente, (os EUA) carregam a bandeira da fumaça”.

Isso porque Bush e a delegação americana defendiam que o aquecimento global e o efeito estufa, já discutidos naquele momento, não eram consequência primeira da produção, do desenvolvimento e do progresso construídos/atingidos/conseguidos/conquistados sem pensar na sustentabilidade, assim como não eram causa do consumo desenfreado como apontavam as discussões pré-ecoconferência e discursivizadas por *Veja* (A TERRA..., 1992, p. 52):

apenas sete dos países mais ricos do mundo são responsáveis por lançar na atmosfera metade de todos os gases poluentes responsáveis pelo indesejado efeito estufa, aquecimento anormal do planeta. A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do norte paguem a conta da limpeza do planeta e da instalação do desenvolvimento sustentável, o tipo de progresso que não atinge a natureza.

Ao contrário, para os americanos, o aquecimento global era consequência direta do crescimento da população mundial. Índice demográfico elevado que, por sua vez, estava concentrado nos países do hemisfério sul, conforme a terminologia da época os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos – “os países desenvolvidos estão com suas populações estagnadas”, salienta *Veja* (A BOMBA..., 1992, p. 42). Ou seja, para os americanos o problema ambiental, assim, não é dos países ricos, pelo contrário deve ser pensado, resolvidos e ter os ônus bancados pelos países pobres. Posicionamento este que *Veja* passa a compartilhar, como afirmado acima, na edição 1239.

Os pesquisadores chegaram ao consenso acachapantemente simples de que os recursos naturais são finitos, não importa a eficiência com que sejam administrados. Quanto mais cresce a população menos sobra desses recursos para cada pessoa. Se os países ricos consomem exageradamente, é bom que sejam mais frugais – mas nem que alterem seus hábitos, nem que distribuam sua riqueza, será possível evitar o colapso, a menos que haja um esforço de contenção populacional nos países pobres” (A BOMBA..., 1992, p. 41).

Se em 1992 o assunto crescimento demográfico é discutido por *Veja* na terceira edição que faz cobertura a Eco 92, mesmo não sendo prioridade da Conferência, em 1997 ele não é abordado em nenhuma linha que compõem a reportagem única de duas páginas (mesmo número dedicado pela revista quando da realização da Conferência de Estocolmo). Porém, retoma, como já explicitado, a temática na cobertura da Cop 15 de 2009, embora, como discursa a revista, esta (COP 15) não faça parte das discussões dos líderes mundiais reunidos pela ONU:

por razões metodológicas e ideológicas, e também para não ampliar em demasia a pauta das discussões, dificultando ainda mais um acordo final, a questão populacional está em plano secundaríssimo em Copenhague. É estranho que ela tenha sumido dos debates sobre as soluções do aquecimento global, quando se sabe que esteve na base do seu diagnóstico desde o primeiro momento em que o aquecimento global foi visto como um perigo potencial (FOME..., 2009, p. 135-136).

Veja – para conferir credibilidade ao seu dizer, para comprovar ao leitor por “A + B” a veracidade, a urgência, a atualidade de sua palavra – apresenta discursos outros que compartilham com ela a mesma formação discursiva:

o documento final do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU diz com clareza que “o crescimento do produto interno bruto *per capita* e o da população foram os principais determinantes do aumento das

emissões globais durante as últimas três décadas do século XX". Outro relatório divulgado há menos de um mês pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) chama a atenção para o equívoco de desprezar o aumento populacional no debate sobre o aquecimento: "Os gases de efeito estufa não estariam se acumulando de modo tão perigoso se o número de habitantes da Terra não aumentasse tão rapidamente, mas permanecesse em 300 milhões de pessoas, a população mundial de 1000 anos atrás. O intrigante é que, nas ações propostas para os próximos anos, o fator aumento da população desaparece" (FOME..., 2009, p. 139).

Assim, *Veja*, por meio de seu discurso, não apenas convence seu leitor de que seus argumentos são verdadeiros, como também chama a atenção para a importância de que os líderes mundiais reflitam na mesma linha da revista. Ou seja, que estes "senhores (os representantes de 192 países a participar da Cop 15) e seus assessores científicos (que) têm como missão chegar a um acordo mundial para conter o ritmo do aquecimento global" (FOME..., 2009, p. 135) agendem-se por ela que apresenta um espírito de vanguarda tanto informativo quanto ambiental.

Interdiscurso 2: o "emporcalhamento da pobreza"

Pergunte-se agora que tipo de vida espera esses novos habitantes da Terra. Talvez a resposta mais precisa seja outra vez uma simples relação numérica. Esta: nove em cada dez pessoas estão nascendo no Terceiro Mundo (A BOMBA..., 1992, p. 40).

Terceiro Mundo, países subdesenvolvidos – a terminologia não importa. O que prevalece nos discursos do aumento contingencial da população nos recantos mais pobres do mundo é o discurso da pobreza, que não apenas incomoda, mas "emporcalha" o planeta, este que é compartilhado por pobres e ricos.

Assim, essa relação pobreza-meio ambiente já estavam na agenda de discussões desde 1972, ano

da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Se durante os dois anos de sua organização, o que mais preocupou a ONU foram as consequências ecológicas da Guerra da Indochina e este era o principal assunto da pauta de discussões, ele caiu para segundo plano, segundo *Veja*, depois do discurso do Ministro do Interior e chefe da delegação brasileira, José Costa Cavalcanti.

Seu discurso, em inglês, arrancou demorados aplausos de um grupo caracterizado essencialmente pelos representantes dos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – e chegou a provocar, posteriormente, os protestos de jornais suecos que alegaram estar o Brasil sabotando a Conferência (A POLUIÇÃO..., 1972, p. 63).

Os protestos suecos foram porque, a partir da tomada de posição brasileira, seguida/apoiada por outros países e líderes mundiais, "o debate deixou de lado a procura de soluções para os problemas específicos de poluição" (A POLUIÇÃO..., 1972, p. 65). A tese brasileira, basicamente, defendia que a proteção ambiental passa antes pela proteção ao homem e que essa não pode ser feita "as expensas dos países em via de desenvolvimento, aos quais não cabe a responsabilidade pela atual poluição sofrida pelo mundo" (A POLUIÇÃO..., 1972, p. 65).

Costa Cavalcanti foi bem claro quando abordou o problema: "Para a maioria da população mundial, a melhoria de condições é muito mais questão de mitigar a pobreza, dispor de mais alimentos, melhores vestimentas, habitação, assistência médica, emprego, do que ver reduzida a poluição atmosférica. A deterioração ambiental vai muito além da poluição industrial. Há outras formas de degradação, tanto em zonas urbanas como rurais, que constituem a poluição da pobreza, ou do subdesenvolvimento" (A POLUIÇÃO..., 1972, p. 65).

Entre as moções de apoio ao Brasil *Veja* cita a mensagem enviada à ONU pelo Papa Pio VI ("a pior poluição é a miséria humana") e a declaração do secretário-geral da Conferência, o milionário

canadense Maurice Strong (“a pobreza é o elemento perturbador do ambiente por excelência”).

Assim, a posição do Brasil pautou a reunião de 1972 e continuou em discussão, sem o cunho de “tese brasileira”, 20 anos depois, na conferência do Rio de Janeiro. Para a Eco 92, a Organização das Nações Unidas delimitou duas situações dispare – Hemisfério Norte X Hemisfério Sul – que precisariam ser debatidas até que se chegasse a um ponto comum, a uma luta única em favor do meio ambiente. Posições estas que *Veja* seguiu em sua cobertura.

Assim, na edição 1237, publicada na semana que antecedia a Eco 92, a revista apresentou os problemas ambientais provocados pelo norte rico – o crescimento em bases não sustentáveis e o consumo desenfreado –, como já apresentado anteriormente, e as expectativas do sul pobre em relação à conferência e as propostas antecipadas pela organização desta:

- 1) “As nações pobres não querem ser obrigadas a pagar pelos problemas ecológicos que elas não ajudaram a criar. A necessidade do Terceiro Mundo de crescer e alimentar sua população conflita com as exigências ecológicas que os países ricos querem impor. A Eco 92 tentará diminuir o abismo crescente que separa pobre e ricos no mundo” (A TERRA..., 1992, p. 53);
- 2) “O ponto forte da Eco 92 é a questão do dinheiro. Em palavras mais exatas: como fazer para que a riqueza transbordante do Primeiro Mundo esorra um pouco para evitar a pobreza vexatória e desumana do Terceiro Mundo. A miséria, ninguém mais discute, é um dos grandes agentes de empocalhamento e destruição do mundo. O consumo desenfreado é outro desses agentes. [...] Encontrar o termo médio entre as duas partes – eis a questão da Eco 92” (A TERRA..., 1992, p. 54);
- 3) “A luta mais enfática da Eco 92 é transferir recursos do Hemisfério Norte, levando os benefícios da civilização até os países pobres do Hemisfério Sul” (A TERRA..., 1992, p. 54).

As discussões em torno das questões relacionadas ao prejuízo ambiental decorrente do crescimento populacional, sobretudo nos países pobres, continua, usando termos diferentes, 17 anos depois, em 2009, quando da cobertura jornalística dada por *Veja* à Conferência de Copenhague (embora, tenha sido apagado, pelos menos pela reportagem publicada pela revista analisada, das discussões de Kioto). Nesse momento, porém, os avanços nos estudos científicos relacionados ao aquecimento global e ao efeito estufa mostram as diferentes contribuições para a poluição ambiental, em termos quantitativos, por ricos e pobres, como mostra o recorte a seguir:

razões culturais e socioeconômicas contribuem para tirar qualquer efeito prático das assombrosas constatações do crescimento populacional desenfreado. São dois os motivos principais para isso. O primeiro é que existe uma inegável disparidade no volume de emissões individuais quando se comparam cidadãos de países ricos e pobres. Um americano joga, em média, 19 toneladas de gás carbônico na atmosfera anualmente. Um afegão morador das montanhas de seu belo país contribui com modestíssimos 26 quilos de CO₂. Como exigir do montanhês afegão que – quando não foi recrutado pelo Talibã para plantar papoula, matéria-prima do ópio – vive do leite de suas cabras e da hortinha no quintal que refreie seus impulsos reprodutivos usando como argumento o peso que o pobre coitado está colocando sobre o planeta? É ridículo. A maior força moral está em convencer o bem-educado e bem-nutrido americano médio a repensar seu modo de vida, optando por uma sobrevivência mais frugal (FOME..., 2009, p. 139).

Porém, é preciso lembrar ainda que, entre 1972 e 2009, a realidade econômica mundial sofreu alterações e que, embora as situações de miséria permaneçam inalteradas em muitos lugares, em outros países foram sanadas ou amenizadas, como reforça *Veja*, (FOME..., 2009, p. 137): “é enorme o impacto populacional aliado à emergência social e econômica de imensas massas humanas antes fadadas a miséria. Seus efeitos já se fazem sentir

no aumento na demanda de alimentos em ritmo superior ao da oferta”.

Interdiscurso 3: a “última chance” para este lugar chamado Terra

O raciocínio brasileiro, em tese, é irrepreensível: se os países desenvolvidos poluíram o mundo com o crescimento desmesurado de suas máquinas que vomitam poeira, gases e lixo, só a eles cabe o ônus e a responsabilidade de restaurar a terra, a água e o ar do planeta. Não é justo que os países em desenvolvimento sejam freados nos seus anseios de superar a fome e a miséria. Mas, se os países subdesenvolvidos não tiverem cuidados mínimos para manter em níveis aceitáveis as condições ambientais onde instalarão suas fábricas e procurarão seu desenvolvimento, é muito provável que, no futuro, precisem tentar desesperadamente uma nova conferência sobre o meio ambiente – para resolver os mesmos problemas que hoje atribuem aos países desenvolvidos (A POLUIÇÃO..., 1972, p. 65).

Ao aproximarmos os dois últimos recortes apresentados, o último retirado de uma edição de *Veja* de junho de 1972 e o anterior de outra datada de dezembro de 2009, podemos tecer considerações acerca da posição discursiva em que a revista se coloca: a de quem pode, por ocupar um lugar propício e, também, por fazer um jornalismo informativo de tão alta qualidade que permite que teça interpretações, estabeleça análises, opine, sempre com a mesma qualidade jornalística. Assim, *Veja* estabelece uma imagem de publicação com espírito de vanguarda informativa.

Nesse sentido, se tomarmos novos recortes, desta vez os que tratam do próprio aquecimento global e do efeito estufa perceberemos que esse espírito antecipador, como o perceptível nas linhas finais da epígrafe desta parte de nossa reflexão-conversa (“é muito provável que, no futuro, precisem tentar desesperadamente uma nova conferência sobre o meio ambiente – para resolver os mesmos problemas que hoje atribuem tais países desenvolvidos”), de *Veja* antevê a instalação definitiva do caos climático – confirmado na cobertura das ecoconferências realizadas a partir de 1992: “o desastroso aquecimento anormal do

planeta que muitos cientistas preveem em consequência desse efeito (o estufa) tem como causa o acúmulo de gases de carbono na atmosfera” (A TERRA..., 1992, p. 55) –, num discurso que mescla dois tons discursivos, duas formações discursivas: o do alarme, mais apocalíptico, e o da esperança, mais profético.

Assim, messianicamente, *Veja*, ainda em 1972, durante a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, previu a realização de novas ecoconferências, sendo que estas vieram a se concretizar apenas 20 depois. Nos encontros ambientais seguintes, as previsões não tratavam mais da realização de novos encontros, afinal, o caos ambiental, como a revista imaginou que acontecesse caso “os países subdesenvolvidos não tivessem cuidados mínimos para manter em níveis aceitáveis as condições ambientais”, já estava instalado. Ou seja: “o mundo tem um encontro marcado no Rio de Janeiro a partir da próxima quarta-feira para decidir que tipo de planeta será legada para as próximas gerações” (A TERRA..., 1992, p. 53). Com a mesma intenção, nova reunião foi realizada, em 1997, em Kioto: “Fumaça da discórdia – A Conferência no Japão tenta chegar a um acordo sobre o aquecimento global” (TRAUMANN, 1992, p. 55). Entendimento que não veio naquele momento e nem 12 anos depois: “Os donos do mundo e seus sábios reunidos em Copenhague ainda não se entenderam sobre como salvar o planeta” (FOME..., 2009, p. 134).

Sem atitudes concretas, sem decisões definitivas, o efeito estufa e o aquecimento global se agravaram e *Veja*, conferência a conferência, enfatizou a “última chance” para esse lugar chamado Terra:

- 1) “Eles (os resultados da conferência) terão um impacto gigantesco, para o bem ou para o mal” (A TERRA..., 1992, p. 53);
- 2) “Não há mais de onde tirar água limpa, ar puro, florestas, solo fértil, camada de ozônio nova” (A BOMBA..., 1992, p. 41);
- 3) “Desde a semana passada, representantes de 170 países estão reunidos em Kioto, no Japão, com a difícil tarefa de desfazer um nó científico e, ao mesmo tempo, tentar antever de quem é a culpa pelo apocalipse ambiental que poderá destruir o planeta dentro de algumas décadas” (A FUMAÇA..., 1992, p. 55);

- 4) “A COP15 acaba no fim da próxima semana, e seu encerramento está sendo esperado com tal ansiedade que muitos nem sequer cogitam, por assustadora, a possibilidade de um fracasso. Talvez se deva começar pensar com mais realismo essa possibilidade” (FOME..., 2009, p. 135);
- 5) “No fim da próxima semana, de Copenhague, virá a sinalização se a humanidade captou o dramático pedido de socorro que a Terra está emitindo” (FOME..., 2009, p. 140);
- 6) “Caso os países representados não mostrem o discernimento, a coragem e o músculo político para implementar as correções de rumo esperadas em torno das discussões sobre progresso e meio ambiente, o desfecho da conferência poderá redundar num desastre global sem precedentes. Na hipótese oposta, as pessoas estarão impedidas de esquecer o Rio de Janeiro de junho de 1992. Ali se terá construído a mais profunda mudança mundial em tempos de paz” (A TERRA..., 1992, p. 54).

Como mostra o último recorte apresentado, o discurso ambiental de *Veja*, ao mesmo tempo em que prega que chegamos ao limite da degradação do meio ambiente, também aponta para a esperança, uma espécie de ressurreição do planeta, um último suspiro para os habitantes desse lugar, a humanidade.

Quando a Eco 92 for histórica, se saberá exatamente o que ela significou. A expectativa otimista é que ela seja o começo de uma longa caminhada capaz de levar a uma vida mais decente a parte desvalida do planeta. E para todos, ricos e pobres, a garantia de que o mundo não será espoliado de tal forma que não possa no futuro sustentar a própria vida de seus habitantes (A TERRA..., 1992, p. 56).

Fim de papo

Assim, com a retomada dos discursos ambientais publicados por *Veja* a partir das conferências climáticas, esta reflexão-conversa buscou

colocar em evidência as maneiras como os meios de comunicação, aqui sintetizados pelo jornalismo, ao produzir e reproduzir discursos, legitimam modos de ver e estar no mundo.

Os discursos jornalísticos, dessa maneira, constituem-se como artefatos linguísticos que representam determinados aspectos da realidade a partir de um processo de produção, o das notícias, ou seja, constituem-se constructos. Assim, os acontecimentos discursivos jornalísticos elaboram e (re)constróem a “realidade” na medida em que apontam para a sociedade maneiras não só de ler o mundo, como de se posicionar nele. Contemporaneamente, podemos perceber essa influência midiática no que poderíamos chamar, seguindo Foucault, de imperativo ambiental.

Imperativo este que ao longo das últimas décadas desenvolveu-se socialmente, envolvendo cada cidadão do mundo e, também, ao longo das edições e páginas da revista *Veja*. Assim, nas coberturas realizadas, quando das Conferências Climáticas mundiais, foi possível evidenciar três formações discursivas: a da bomba-relógio cujos dígitos representam o crescimento populacional da Terra; a da pobreza como elemento poluidor; e a deste planeta que luta, há tempos, para continuar tendo condições de abrigar seus próprios poluidores.

Formações discursivas estas que se imbricam, afinal, o maior crescimento populacional é, ao longo dos anos, registrado justamente nos países mais pobres. Porém, quando comparada a emissão de gases poluentes, como o CO₂, por habitantes destes países pobres com o dos moradores dos lugares mais ricos do planeta, o que vemos é uma diferença gritante. Dessa forma, em contrapartida ao crescimento populacional do hemisfério Sul, tem-se o crescimento desenfreado do consumo pelos habitantes do hemisfério Norte. Aliás, os itens consumidos por essas pessoas são fruto de indústrias que cresceram apoiadas em modelos poluentes, e não na sustentabilidade ambiental.

Talvez por estas aproximações e distenções, o discurso de *Veja* – embora procure se mostrar como possuidor de um espírito de vanguarda, tanto informativo quanto ambiental – transite entre dois tons: um apocalíptico, outro profético. Alarme, o de que “é tarde demais para este lugar chamado Terra”, e esperança, já que a cada conferência é proclamada uma “última chance” para este mesmo lugar chamado Terra, que vem compondo, a partir das formações discursivas enunciadas por *Veja*, a memória discursiva de seus leitores.

Referências

- A BOMBA-relógio. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 40-43, 1992. Edição 1239.
- A CIDADE ocupada. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 76-77, 1992. Edição 1238.
- A FAUNA da festa. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 68-73, 1992. Edição 1237.
- A NATUREZA morta. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p.94-97, 1992. Edição 1237.
- A POLUIÇÃO da pobreza. **Veja**, São Paulo, v. 1, p. 63-65, 1972. Edição 197.
- A TEMPORADA verde no Rio. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 64-65, 1992. Edição 1238.
- A TERRA em transe na Eco-92. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 52-56, 1992. Edição 1238.
- BARRUCHO, L. G. Uma nova revolução verde. **Veja**, São Paulo, v. 42, n. 50, p. 142-143, 2009. Edição 2143.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, Paris, n. 62, 1981. (Mimeo).
- DE VILÃO a modelo. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 82-83, 1992. Edição 1238.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- FRANÇA, R. Fome de ar, água e comida. **Veja**, São Paulo, v. 42, n. 50, p. 132-141, 2009. Edição 2143.
- GOMES, L.; SILBER, P A explosão do instinto selvagem. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 68-73, 1992. Edição 1238.
- GREGOLIN, M. do R. Recitações de mitos: a história na lente da mídia. In: GREGOLIN, M. do R. **Filigramas do discurso**: as vozes da história. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2000. p. 9-13.
- GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- NAVARRO-BARBOSA, P. **Navegar foi preciso? O discurso do jornalismo impresso sobre os 500 anos do Brasil**. 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2004.
- O NORTE diz não. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 24, p. 74-76, 1992. Edição 1238.
- O RIO já é História. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 25, p. 38-39, 1992. Edição 1239.
- O TIO sujismundo. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 58-60, 1992. Edição 1237.
- ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória? In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-67.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- OS DOIS Brasis. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 76-77, 1992. Edição 1237.
- OS GUERREIROS do verde. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 86-90, 1992. Edição 1237.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-56.
- SCHELP, D. Riqueza ameaçada. **Veja**, São Paulo, v. 42, n. 50, p. 144-146, 2009. Edição 2143.
- THOMAS, L. Um lugar na história. **Veja**, São Paulo, v. 25, n. 23, p. 100-101, 1992. Edição 1237.
- TRAUMANN, T. Fumaça da discórdia. **Veja**, São Paulo, v. 30, n. 49, p. 55-56, 1992. Edição 1525.

Recebido: 27/05/2011

Received: 05/27/2011

Aprovado: 15/10/2011

Approved: 10/15/2011